

## JUDICIÁRIO

# TCU pede suspensão de benefício a juízes

Corte quer apuração sobre pagamentos por tempo de serviço que chegam a R\$ 872,6 mi

» LUANA PATRIOLINO

Leopoldo Silva/Agência Senado

O imbróglio envolvendo a cifra milionária de pagamentos do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) a juízes federais ganhou um novo capítulo. A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) pediu a suspensão dos subsídios, que totalizaram cerca de R\$ 16,7 milhões na folha de janeiro de 2023. Segundo cálculos da Corte, o pagamento dos retroativos do benefício chega a um valor bruto de R\$ 872,6 milhões.

A quantia foi demandada pelos seis tribunais regionais federais ao Conselho da Justiça Federal (CJF). São eles: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS); Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ); Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG); Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO); Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA); e Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC).

O TCU também solicitou a devolução dos valores já pagos aos magistrados. Segundo os auditores, é necessária a instauração de um processo para apurar em que condições foi autorizado o uso de recursos públicos para pagamento do ATS, "sem fundamentação em parâmetros constitucionais, legais e jurisprudenciais".

O ATS que vem sendo reconhecido na via administrativa decorre de entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) — no tema de repercussão geral 257 —, no sentido de que o regime do subsídio não exclui parcelas que eram pagas anteriormente, de natureza pessoalíssima, pois eram amparadas pelo direito adquirido previsto na Constituição.

É uma parcela devida somente para os que ingressaram na magistratura no período anterior a maio de 2006 — quando o ATS foi extinto. No entanto, o



O Tribunal de Contas da União também solicitou a devolução dos valores já pagos aos magistrados

subsídio foi restabelecido pelo CJF em uma sessão virtual em novembro de 2022. A votação a favor da volta do benefício terminou com um placar de 7 a 4.

O conselho analisou um pedido formulado pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajuife). Ao **Correio**, a entidade disse que o valor mensal a ser desembolsado para o pagamento aos magistrados é de R\$ 3,5 milhões. A associação afirma que a quantia do benefício, por mês, corresponde a 0,36% do orçamento da Justiça Federal para 2022.

E, em nota à imprensa, a Ajuife também afirmou que o Conselho Federal de Justiça "respeitou todo o regramento legal e constitucional da matéria, reconhecendo, inclusive, o direito adquirido à verba debatida com base em precedente do Supremo Tribunal Federal".

A entidade defendeu que o pagamento do subsídio obedece

ao teto dos juízes. "Acerca dos valores mencionados, a parcela mensal respeita o teto constitucional existente no serviço público, assim como na apuração dos supostos valores retroativos não se mencionou que haverá descontos de Imposto de Renda e Previdência, reduzindo significativamente o total mencionado", destacou.

## Competência

Depois da decisão do Conselho da Justiça Federal, a presidente do colegiado, ministra Maria Thereza de Assis Moura, acionou o corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, sobre a autorização do CNJ para formalizar o pagamento de valores retroativos.

Em decisão publicada em dezembro do ano passado, o magistrado entendeu que o CJF tem competência para cuidar

do caso. "A Corregedoria Nacional não é instância revisora das decisões administrativas dos Tribunais e das Corregedorias de Justiça, mas uma espécie de corte de cassação, nas hipóteses de ilegalidade flagrante, sempre tendo presente a autonomia administrativa e financeira dos órgãos do Poder Judiciário", argumentou.

Em nota divulgada ontem, a Corregedoria Nacional de Justiça reiterou que não foi responsável por autorizar o pagamento do benefício, como informado anteriormente em algumas mídias. "O pagamento do benefício em questão foi restabelecido pelo Conselho da Justiça Federal, em decisão de novembro de 2022. O CJF é um órgão autônomo do Poder Judiciário e tem função de supervisão administrativa e orçamentária, com poderes correccionais, da Justiça Federal", frisou o comunicado.

# PGR denuncia Moro por calúnia

» RENATO SOUZA

Waldemir Barreto/Agência Senado

A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou o senador Sergio Moro (União-PR) ao Supremo Tribunal Federal (STF) por **calúnia** contra o ministro Gilmar Mendes. Na peça, o órgão pede a condenação do parlamentar, a prisão, se a pena ultrapassar quatro anos de reclusão; e a perda do cargo eletivo.

Em um vídeo que se espalhou pelas redes sociais, alguém pergunta a Moro: "Está subornando o velho, né?". E o senador responde: "Não, isso é fiança, instituto, para comprar o habeas corpus do Gilmar Mendes".

A denúncia, protocolada ontem, foi apresentada pela vice-procuradora-geral da República Lindôra Maria Araújo. Ela afirma que Moro atribuiu falsamente um crime ao magistrado.

"Em data, hora e local incertos, o denunciado Sergio Fernando Moro, com livre vontade e consciência, caluniou o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes, imputando-lhe falsamente o crime de corrupção passiva, previsto no artigo 317 do Código Penal, ao afirmar que a vítima solicita ou recebe, em razão de sua função pública, vantagem indevida para conceder habeas corpus, ou aceita promessa de tal vantagem", destaca a peça da PGR.

Ainda conforme o documento, "ao atribuir falsamente a prática do crime de corrupção passiva ao ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes, o denunciado Sergio Fernando Moro agiu com a nítida intenção de macular a imagem e a honra objetiva do ofendido, tentando descredibilizar a sua atuação como magistrado da



Moro é acusado por falar em "comprar habeas corpus de Gilmar Mendes"

## Pena de prisão

Previsto no artigo 138 do Código Penal, o crime de calúnia tem pena de detenção de seis meses a dois anos, e multa. Ainda há previsão de agravantes, no caso de vítimas com mais de 60 anos, como é o caso do ministro Gilmar Mendes.

mais alta Corte do país".

Lindôra ressalta que as declarações do ex-juiz da Lava-Jato ocorreram "na presença de várias pessoas, com o conhecimento de que estava sendo gravado por terceiro, o que facilitou a divulgação da afirmação caluniosa, que tornou-se pública em 14 de abril de 2023, ganhando ampla repercussão na imprensa nacional e

nas redes sociais da rede mundial de computadores".

O vídeo circulou pelo Instagram, e a PGR solicita que o material seja preservado para uso durante as investigações. Com a denúncia, cabe agora ao tribunal avaliar se aceita ou não. A relatora do caso será a ministra Cármen Lúcia. Se a magistrada acatar o pedido da PGR, será aberta

uma ação penal. De acordo com a peça protocolada, Moro deve ser intimado a se manifestar no prazo de 15 dias.

O vídeo começou a circular no dia 4 deste mês e não se sabe ainda em qual data foi gravado. No entanto, como se refere a um integrante do Supremo e as acusações ocorrem em razão do cargo exercido por ele, a ação deve continuar tramitando no STF, mesmo que o caso tenha ocorrido antes de Moro ser eleito senador e obter o benefício do foro privilegiado.

## Defesa

Em vídeo publicado nas redes sociais, Moro se disse indignado com a denúncia da PGR. "Na última sexta-feira, pessoas inescrupulosas publicaram na internet vídeos editados com o único objetivo de me indispor contra o Supremo Tribunal Federal", sustentou. "Naquela ocasião, eu disse à imprensa que os vídeos haviam sido retirados de contexto. Aquilo fazia parte de um contexto de brincadeira e que, ainda que a fala possa ser considerada infeliz, não contém nenhuma acusação contra qualquer ministro."

Moro afirmou que sempre tratou o STF com respeito, "seja quando elogiei, seja quando, exercendo a liberdade de expressão, o critiquei". "Agora, o que me espanta é ter sido denunciado, em três dias, um senador da República, sem sequer ter sido ouvido previamente para esclarecer as circunstâncias", frisou. "Estamos em tempos sombrios, nos quais a liberdade e o devido processo estão sendo deixados de lado. No Senado, vou lutar contra essas injustiças", finalizou.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



## Com a visita de Lavrov, Lula deu o terceiro drible a mais

Política externa exige um certo consenso nacional. Devido à tradição do Itamaraty e à reconhecida competência dos nossos diplomatas, o Brasil mantém boas relações com todo o mundo. Foram raros os momentos em que esse consenso foi rompido, quase sempre em decorrência de mudanças bruscas em relação aos Estados Unidos. As consequências não foram nada boas para os governantes, a mais grave, em 1964, no governo João Goulart, durante a guerra fria. Ontem, com a visita do chanceler russo Serguei Lavrov, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva triplicou a aposta que fizera na visita à China, quando responsabilizou os Estados Unidos, a União Europeia e o presidente Volodymyr Zelenski, tanto quando o presidente da Rússia, Vladimir Putin, pela guerra da Ucrânia.

As declarações de Lula sobre a guerra da Ucrânia durante seu encontro com o presidente da China, Xi Jinping, foram um drible a mais e repercutiram muito mais do que os resultados positivos de sua visita àquele país, o maior parceiro comercial do Brasil. O mal-estar foi minimizado pelo Itamaraty, porque as posições oficiais do Brasil nos organismos internacionais continuam sendo a condenação da invasão da Ucrânia pela Rússia, mas fez ouvidos moucos aos recados mandados pelos diplomatas norte-americanos de que o presidente Joe Biden estava contrariado com o posicionamento do presidente brasileiro.

A visita de Lavrov ao Brasil foi um desastre político. Águia da diplomacia mundial, o chanceler russo deu uma interpretação às posições de Lula sobre a guerra da Ucrânia, que transformou suas declarações desastrosas no reposicionamento estratégico do Brasil na cena mundial. Lavrov falou em russo, mas foi traduzido de duas maneiras diferentes: em inglês, teria dito que o Brasil e a Rússia tinham "posições similares" sobre a guerra da Ucrânia, o que já era uma posição perigosa; em português, na tradução distribuída pelo Itamaraty, que as posições do Brasil e da Rússia "são únicas".

O problema não é tradução, para a qual sempre pode haver uma desculpa: traduttore, traditore. É o posicionamento de Lula, mais alinhado com o assessor especial da Presidência Celso Amorim, que foi a Moscou conversar com o presidente Vladimir Putin antes da visita de Lavrov, do que com a política de não alinhamento do Itamaraty. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, levou a bola nas costas. O Brasil já andava no fio da navalha ao votar contra a invasão russa, mas não aderir às sanções econômicas contra a Rússia. Agora, aos olhos das chancelarias ocidentais, ultrapassou o Rubicão da neutralidade e se aliou à Rússia e à China.

## Repercussão negativa

Se Lula acreditava que poderia liderar um clube de países capaz de negociar a paz na Ucrânia, o que era uma proposta plausível, ainda que muito difícil de ser viabilizada, agora ficou sem condições de neutralidade para participar das negociações. Ontem, logo após o encontro com Lavrov, a Casa Branca criticou duramente o governo brasileiro: "O Brasil está papagueando a propaganda russa e chinesa sem observar os fatos em absoluto", disse a jornalistas o portavoz do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, John Kirby.

Ao voltar da China, na escala em Abu Dhabi, Lula dera o segundo drible, ao revelar uma visão simplória do problema da guerra da Ucrânia: "A paz está muito difícil. O presidente da Rússia, Vladimir Putin, não toma iniciativa de paz, o Volodymyr Zelensky não toma iniciativa de paz. A Europa e os EUA terminam dando a contribuição para a continuidade desta guerra", disse, ao deixar os Emirados Árabes Unidos. E voltou a criticar a Ucrânia, que foi atacada e invadida pela Rússia: "A construção da guerra foi mais fácil do que será a saída da guerra, porque a decisão da guerra foi tomada por dois países".

Às vésperas de viajar a Portugal, onde há milhares de refugiados ucranianos, Lula também levou uma invertida do porta-voz da Comissão Europeia para Negócios Estrangeiros e Políticas de Segurança, Peter Stano: "Não é verdade que os EUA e a União Europeia estejam ajudando a prolongar o conflito. A verdade é que a Ucrânia é vítima de uma agressão ilegal, uma violação da Carta das Nações Unidas".

Se a repercussão internacional foi péssima, na opinião pública brasileira foi pior ainda, embora os nossos políticos não estejam muito preocupados com a Ucrânia. O Brasil faz parte do Ocidente democrático, mesmo tendo a China como principal parceiro comercial, e a Rússia, o quinto. Lula parece esquecer o apoio que recebeu do presidente Joe Biden no processo eleitoral, quando os Estados Unidos defenderam a urna eletrônica, e na tentativa de golpe de 8 de janeiro, quando o apoio dos EUA neutralizou a ação de militares golpistas.

Há três explicações possíveis para a posição de Lula: a primeira, é a adoção da velha "doutrina realista" do Henry Kissinger, contrário à entrada da Ucrânia no Otan; a segunda, a tradicional visão antiamericana do PT, que atribui a Operação Lava-Jato à orquestração da CIA; e a terceira, certo deslumbramento com o próprio prestígio internacional, que agora foi abalado. Se Lula ambicionava o Prêmio Nobel da Paz, a pomba voou. Quando nada porque a Noruega acaba de aprovar a entrada da Suécia e da Finlândia no Otan.